



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**

JEFFERSON FELIPE DA SILVA

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: desafios e perspectivas dos docentes no
Ensino Fundamental, na Unidade Escolar Cônego Acilino em Valença do Piauí**

**VALENÇA DO PIAUÍ
2023**

JEFFERSON FELIPE DA SILVA

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: desafios e perspectivas dos docentes no
Ensino Fundamental, na Unidade Escolar Cônego Acilino em Valença do Piauí

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Valença do Piauí.

Orientador(a): Prof^ª. Esp. Lucivânia Leite Rodrigues

Coorientador: Prof^ª. Esp. Jossiane Soares Santos

VALENÇA DO PIAUÍ

2023

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: desafios e perspectivas dos docentes no Ensino Fundamental, na Unidade Escolar Cônego Acilino em Valença do Piauí

Jefferson Felipe Da Silva¹

Lucivânia Leite Rodrigues²

Jossiane Soares Santos³

¹

RESUMO

A educação especial e inclusiva é garantida por lei, sendo assim, é um direito de todos e um dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com o apoio de toda sociedade. É função social do ambiente escolar acolher todas as crianças, adolescentes e jovens de forma igualitária independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e linguísticas. Esse trabalho tem como propósito investigar as perspectivas e desafios vivenciados pelos docentes no que se refere à educação especial e inclusiva no âmbito educacional. Para o embasamento teórico da pesquisa realizou-se uma revisão bibliográfica trazendo uma alusão histórica sobre a educação inclusiva enfatizando a sua evolução ao longo do tempo. Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória, onde será exposto um problema através de levantamento bibliográfico e entrevistas em que se procura entender a problemática e perspectivas encontradas pelos docentes. Para tal realizou-se uma entrevista de abordagem qualitativa com os docentes da Unidade Escolar Cônego Acilino na cidade de Valença do Piauí. Foi aplicado um questionário de entrevista a três professores (n=3) do corpo docente da referida escola. A análise e discussão da pesquisa foram apresentados através de citação indireta e por meio de gráficos. Os resultados desse estudo poderão servir de apoio aos profissionais da área, assim como também aos professores participantes, para a promoção de uma educação mais inclusiva e igualitária, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais específicas, tenham acesso a uma educação adequada.

Palavras-chave: Necessidades especiais; Professores; Alunos.

ABSTRACT

Special and inclusive education is guaranteed by law, so it is everyone's right and a duty of the family and the State, it must be promoted and encouraged with the support of society as a whole. It is the social function of the school environment to welcome all children, adolescents and young people equally, regardless of their physical,

¹ Graduando do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, IFPI, Campus Valença. caval.20191sbio0387@aluno.ifpi.edu.br.

² Professora Especialista do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, IFPI, Campos Valença. lucivania.leite@ifpi.edu.br

³ Professora Especialista do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, IFPI, Campos Valença. jossiane.soares@ifpi.edu.br

intellectual, social, emotional, linguistic conditions. This work aims to investigate the perspectives and challenges experienced by teachers with regard to special and inclusive education in the educational field. For the theoretical basis of the research, a bibliographic review was carried out bringing a historical allusion to inclusive education, emphasizing its evolution over time. This is a descriptive and exploratory research, where a problem will be exposed through a bibliographical survey and interviews in which an attempt is made to understand the problems and perspectives found by the teachers. For this, a qualitative approach interview was carried out with the teachers of the Cônego Acelino School Unit in the city of Valença do Piauí. An interview questionnaire was applied to three teachers (n=3) of the teaching staff of regular elementary education, at the Cônego Acilino Unit. The analysis and discussion of the research were presented through indirect citation and through graphics. The results of this study can support professionals in the field, as well as participating teachers, in promoting a more inclusive and egalitarian education, ensuring that all students, regardless of their specific educational needs, have access to an education of quality.

Keywords: Special needs; Teachers; Students.

Data de aprovação: 21/06/2023

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federativa do Brasil de 1988, em seu Art. 208 – inciso III, já sinaliza a necessidade do atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência. (BRASIL, 1988).

Partindo desse pressuposto legal, a educação para pessoas com necessidade específica, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação que antes eram promovidas apenas em classes, escolas ou serviços especializados, passou a ser ofertado preferencialmente na rede regular de ensino por meio da modalidade de educação especial, não ocorrendo apenas em função das condições específicas dos alunos, quando não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. Se tornando obrigatoriedade de sistemas de ensino matriculem e ofertar, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, de modo a atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

De acordo com o artigo 28 da Lei 13.146/2015, que se refere à Inclusão da Pessoa com Deficiência- PCD, incumbe ao poder público que o sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis e modalidades bem como o aprendizado ao longo da vida, enfatizando a importância da integração de todos no ambiente escolar regular. Para isso, a capacitação dos docentes e formação continuada se faz necessário em meio à dificuldade da educação e inclusão das pessoas com necessidades específicas.

A formação deve se assentar num processo contínuo, que garanta a todos os professores os conhecimentos e competências necessários para desenvolver aspectos cognitivos, sociais e emocionais de todos os alunos da forma mais eficaz,

possibilitando que os professores assegurem ações de apoio junto à comunidade escolar e dos alunos com necessidades educativas mais comuns e especializam outros para o atendimento dos alunos com problemas de maior complexidade e de baixa incidência (BRASIL 2004).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 (LDB) ressalta o atendimento educacional às pessoas com deficiência no capítulo V, Art. 58, para a Educação Especial. Afirma-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. E ainda enfatiza que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. No mesmo capítulo a Lei ainda trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das pessoas com necessidades específicas.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013), “o Ensino Fundamental tem constituído o foco central na luta pelo direito à educação”. Porém, no Brasil, sua organização e seu funcionamento tem sido alvo de mudanças que buscam melhorias em sua qualidade, “ampliação de sua abrangência, consubstanciadas em novas leis, normas, sistemas de financiamento, sistemas de avaliação e monitoramento, programas de formação e aperfeiçoamento de professores (BRASIL, 2013, p. 103)”. Se preocupando com a necessidade de um currículo que possa suprir os grandes desafios educacionais da sociedade contemporânea.

Dá-se aí a importância de se implementar essas diretrizes inclusivas no ensino fundamental, servindo de foco para a inserção de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação no ensino regular.

As instituições de ensino superior formam profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em diversos setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade, mas, muitos são os desafios quando se encontram diante da inclusão de pessoas com deficiências. É notório a dificuldade encontrada pelos docentes quando estão frente a educação especial e inclusiva, os recursos físico, material e pedagógico são escassos, além da necessidade de formação continuada, pois sua formação inicial não o preparar trabalhar na educação especial e inclusiva, dificultando assim o seu trabalho e impactando negativamente no aprendizado do público-alvo. Como defende Ainscow (2001), a escola inclusiva é aquela que não busca apenas garantir o acesso da criança com necessidades educativas especiais e aceitar suas diferenças na escola, senão aquela que, na mesma circunstância que ensina na diferença, também aprende com ela.

Para que o consiga enfrentar a insegurança em sala de aula quando encontra-se com alunos com necessidades específicas de forma a garantir a consolidação de competências e habilidades dos objetos de conhecimentos é necessário que ele desenvolva procedimentos onde consiga alcançar os resultados que se espera. Libâneo (1994, pág. 150), norteia o que seriam esses procedimentos: “O conceito mais simples de “método” é o de caminho para atingir um objetivo. (...). Os métodos são, assim, meios adequados para realizar objetivos”, e ainda:

“O professor, ao dirigir e estimular o processo de ensino em função da aprendizagem dos alunos, utiliza intencionalmente um conjunto de ações, passos, condições externas e procedimentos, a que chamamos de métodos de ensino”.

Visto que, as dificuldades continuam presentes ainda quando esse trabalho foi produzido, compreende-se que essa problemática caminha a passos lentos para a pessoas com deficiência.

As perspectivas apresentadas mostram a importância de analisar o processo de inclusão de educando com necessidades especiais no ensino fundamental na Unidade Escolar Cônego Acilino em Valença do Piauí, visto que o ensino de pessoas com deficiências requer uma atenção tanto na formação dos docentes quanto na estrutura física, material e pedagógica da escola, além de fatores sociais.

A justificativa ao desenvolvimento da pesquisa veio da ciência de evidenciar as principais perspectivas e dificuldades encontradas pelos docentes quando se trata da educação especial e inclusiva dos alunos público-alvo da Educação Especial mostrando a realidade e precariedade da educação pública no âmbito educacional, visando a Unidade Escolar Cônego Acilino como exemplo e instituição para estudo e pesquisa de caso. A falta de recursos e materiais especializados na unidade escolar e falta de capacitação inicial e continuada dos docentes no que se refere a educação de pessoas com necessidades específicas é um problema presente na realidade dos educadores, assim, esse projeto busca a conscientização das principais autoridades do âmbito educacional para resolução desses problemas.

O objetivo principal da pesquisa foi investigar as perspectivas e desafios vivenciados pelos docentes no que se refere à educação especial e inclusiva. Tendo como objetivos específicos, descrever a importância da educação especial e inclusiva no âmbito social-educacional; elencar as perspectivas dos docentes para a educação especial e inclusiva; evidenciar os principais desafios encontrados pelos docentes no que concerne à educação especial e inclusiva;

Além disso a pesquisa tem como hipótese H0 – a falta de um profissional de apoio especializado para auxiliar o professor nas aulas teórico/práticas sobrecarrega o professor, que em alguns casos se torna um desafio maior do que ele possa resolver; H1 - falta de recursos e materiais especializados para a educação especial contribui de forma negativa para o desenvolvimento de habilidades dos objetos de conhecimentos pelo docente aos alunos, principalmente os que mais precisam de assistência e educação especial; H3 - Falta de capacitação inicial e continuada dos professores para a educação especial incumbe na dificuldade de prestar assistência necessária aos alunos público alvo da educação especial e inclusiva.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

É necessário contextualizar a Educação Especial para que possa entender a importância da modalidade de ensino, que possui sobre a humanidade em termos de inclusão, onde as escolas possuem grande relevância no avanço da inserção de pessoas com deficiência no ambiente escolar e até mesmo na sociedade, tornando-os tão importante quanto os demais seres humanos.

Educação Especial que por muito tempo configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para atuar, prioritariamente como suporte à escola regular no recebimento deste alunado (SASSAKI, 1997). Na atualidade é uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na

rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

A inclusão de pessoas com deficiência no âmbito escolar brasileiro foi tardia, visto que, ainda em meados da década de 50 não se falava em Educação Especial. Somente no ano de 1990, seguindo as políticas internacionais, o Brasil legitimou medidas para converter o sistema de ensino incorporando a todos de forma igualitária. Possuindo um norte importante que foi a Declaração de Jomtien onde afirma que “toda pessoa tem direito à educação” (UNESCO, 1990). Posteriormente, no ano de 1994 a Declaração de Salamanca deu início à jornada para a Educação Inclusiva onde afirma que:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas.

Nota-se que no Brasil a inclusão foi tardia e que diversos congressos, lutas, debates e discussões influenciou para se ter um olhar voltado para a educação especial e necessidade de todo e qualquer indivíduo ter o direito a educação assegurado.

No que se refere a inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial Vitta, Silva e Zaniolo (2016, p.24) sustentam as controvérsias entre “[...] o que é projetado idealmente e o que acontece, o que é planejado e o que é vivido” evidenciando assim as dificuldades e desafios encontrados pelos profissionais de educação no ensino inclusivo de pessoas com necessidades específicas. A formação de uma educação especial brasileira deu-se dentro de um contexto de pouca atenção à educação pública em geral, Schwarcz (1998 apud VEIGA, 2008).

A preocupação de identificar pessoas “normais” e “anormais” foi implantada na metodologia de ciência método-pedagógica de vários países como mostra no trecho de um artigo do italiano Ugo Pizzoli (1863-1934), publicado no Brasil em 1914, em revista de educação da época:

O aspecto externo (atitude geral, a fisionomia, o vestuário, a postura espontânea) caracteriza e revela a condição psicológica da criança [...] O primeiro cuidado do professor será distinguir o tipo inteligente normal médio do tipo débil de espírito (imbecilidade, deficiências por paradas de desenvolvimento, atrasos etc.) (PIZZOLI, 1914, p. 2).

Por mais que existam registros de matrículas de alunos com necessidades especiais em escolas privadas e estaduais desde o final do século XIX, é indubitável dizer que o Brasil foi referência na organização de instituições de atendimento a essas pessoas. No ano de 1993 o decreto que instituiu o código da educação no estado de São Paulo esclarece essa preferência e indica a implantação de classes especiais quando não houvesse essa possibilidade, em sua parte VII propõe escolas para débeis físicos; escolas para débeis mentais; escolas de segregação para doentes contagiosos; escolas anexas aos hospitais; escolas para cegos; escolas para surdos-mudos (DECRETO 5.884, de 1933).

Nesse período, o Brasil estava passando por um processo de transformação econômica com a instalação de seu parque industrial e o início do movimento de crescimento das cidades, que passaram a receber a população que vivia anteriormente no campo. Assim, as leis da época atentaram a preocupação do estado com essa população. O que se observa:

Art. 826 As escolas de débeis físicos se destinam às crianças desnutridas ou em crescimento em atraso as quais convenha regime especial de trabalho escolar, com o fim de reintegrá-las na normalidade física (DECRETO 5.884, de 1933).

Desse modo decorreu a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos, concluído em 1993, que tinha como objetivo assegurar, até o final de sua vigência, a todos os brasileiros “conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam necessidades elementares da vida” (BRASIL, 1993, p. 13).

O movimento de Educação para Todos atinge, de certa forma, as pessoas com deficiências. No entanto, parece-nos que as propostas direcionadas a essa população tem também alguns elementos específicos. Mel Ainscow, consultor da UNESCO, faz um histórico interessante da Educação Especial no mundo e afirma que nos anos 1970 mudanças importantes ocorreram em muitos países, que culminaram com as proposições atuais. Ainscow (1995) apresenta um levantamento realizado por esse órgão na década de 1980 em 58 países, em que foi verificado que a organização da Educação Especial se dava predominantemente em escolas especiais separadas, que atendiam um número reduzido de alunos. A partir dessas informações, o relatório da UNESCO indica que diante das “proporções da demanda e os escassos recursos disponíveis, às necessidades de educação e formação da maioria das pessoas deficientes não pode satisfazer-se unicamente em escolas e centros especiais” (UNESCO, 1988 apud AINSCOW, 1995, p. 18). A partir dessa constatação, o autor afirma que:

[...] é necessário introduzir mudanças tanto nas escolas especiais como nas regulares [...]. Há muitas indicações de que em um número elevado de países de todo o mundo a integração é um elemento central na organização da educação especial [...]. Esse projeto parece adequado para os países do Terceiro Mundo, dada a magnitude das necessidades e as inevitáveis limitações de recursos disponíveis (AINSCOW, 1995, p. 18).

O desempenho do professor, de acordo com Teixeira (2010) é também atribuído ao acesso à internet, que coloca facilmente a vista uma série de alternativa de recursos que prometem auxiliar as pessoas com deficiência no desempenho de ações pretendidas, promovendo a inclusão. Na Base Nacional Comum Curricular-BNCC, (2017) relata-se que “utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação nas diversas práticas escolares, a fim de se comunicar e disseminar informações, é um contribuinte para produzir conhecimentos”.

2.1 A IMPORTÂNCIA DE ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O acesso dos educandos com deficiência em escolas regulares está previsto nas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, com o objetivo de garantir que essas pessoas tenham as mesmas condições de socialização e desenvolvimento de habilidades cognitivas e competências socioemocionais. No entanto, mais que simplesmente cumprir a lei, a inclusão escolar de pessoas com deficiência na rede regular de ensino reforça o amplo debate sobre os direitos de integração à sociedade como cidadãos de fato.

Uma vez conhecidas as características e as necessidades específicas da criança no âmbito escolar, inicia-se o desafio da inclusão, para que seja garantida a possibilidade de desenvolvimento e de inserção social, acadêmica, cultural e profissional. A educação, na perspectiva inclusiva, deve envolver não apenas o

ingresso ou a matrícula do aluno no ensino regular, mas sua inclusão psicossocial com colegas e comunidade escolar, além de oferecer condições que garantam o aprendizado dos conteúdos, cuidadosamente planejados.

Para que isso ocorra, é fundamental a participação de profissional com qualificação específica, uma vez que o processo educativo deve ser realizado tendo em vista os aspectos essenciais para a promoção da qualidade de vida da criança. Nesse sentido, a participação e o conhecimento do professor são requisitos necessários para definir os objetivos e o foco necessários, de acordo com as necessidades de cada aluno (BEZERRA, 2020).

Visto que, há uma diversidade de alunos com necessidades especiais nas escolas, exige que o professor realize um planejamento com estratégias distintas adequadas a necessidade do público diversificado encontrada em sala de aula. Nota-se que ao construir estas estratégias, as instituições sinalizam para a inclusão escolar de fato, e contribuem fomentando para uma reflexão quanto à necessidade do respeito à diversidade, tal ação vai refletir na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Com isso, é inegável que se deve ter o conhecimento das dificuldades e peculiaridades dos educandos, para que possa, criar, aplicar e desenvolver atividades que potencializem seu o aprendizado, levando em consideração o que o aluno já sabe, sua forma de interagir com os outros alunos, sua forma individual de aprendizado, seu conhecimento de mundo.

Observa, que é fundamental que a escola considere as necessidades individuais e adaptar sua estrutura física, material e pedagógica é essencial para o desenvolvimento do educando. As adaptações deverão atender para as necessidades do educando de modo a oportunizar sua autonomia e de acordo com as limitações motoras ou mentais de cada indivíduo, respeitando seu ritmo de aprendizado.

Assim, cabe ao docente desenvolver um planejamento que possibilite o desenvolvimento integral do educando respeitando suas especificidades. A Escola é o espaço de concretização do Plano Escolar, assim é necessário organizar as ações visando a qualidade de formação dos alunos em todos os níveis (OYAFUSO; MAIA, 2004). Assim, planejar significa projetar, programar, elaborar roteiros para atingir determinados objetivos, de forma a evitar improvisação sempre buscando atender a necessidade do educando.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, segundo Silva & Menezes (2000, p.21), “a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”. Onde será explorado um problema através de levantamento bibliográfico e entrevistas descritiva que procura entender a problemática e perspectivas de um determinado público.

3.2 PÚBLICO E AMOSTRA

A escola campo de pesquisa foi a Unidade Escolar Cônego Acilino, uma escola que pertence a Rede Estadual de Ensino, está localizada na cidade de Valença do

Piauí. A Escola oferta o Ensino Fundamental regular Anos Finais, a pesquisa foi realizada com professores que ministram aulas para alunos com necessidades específicas. A pesquisa coletou informações sobre como é a realidade de um docente de uma instituição pública estadual onde atende-se alunos com necessidades especiais.

Através da amostra foram discutidos os principais pontos abordados no presente trabalho enfatizando as principais perspectivas e dificuldades encontradas pelos docentes.

3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Visando investigar as perspectivas e os desafios vivenciados pelos docentes para analisar como acontece a oferta da educação especial e inclusiva na Unidade Escolar Cônego Acilino, foi aplicado aos professores um questionário de entrevista de caráter aberto (contendo 9 questões discursivas e 1 questão objetiva) com um total de 10 questões.

O questionário de entrevista trata-se de questões sobre oferta de Educação Especial e Inclusiva na Unidade Escolar Cônego Acilino. De início, o questionário de entrevista faz uma breve abordagem sobre a formação acadêmica dos docentes, em seguida traz questões acerca da quantidade de alunos especiais que os docentes ministram aulas, seguindo com os desafios enfrentados, estrutura material e pedagógica da escola, as metodologias utilizadas, planejamento de atividades avaliativas e funcionamento da oferta de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola.

A pesquisa foi realizada no mês maio de 2023, sendo que os dados desta foram coletados através da aplicação de um questionário com os docentes e a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, anexado neste arquivo, (apêndice A), objetivando investigar as perspectivas e desafios vivenciados pelos docentes no que se refere à educação especial e inclusiva no âmbito educacional, descrever a importância da educação especial e inclusiva, elencando as perspectivas e os desafios enfrentados pelos docentes no que tange a educação especial e inclusiva.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizada um questionário de entrevista com três professores (n=3) do corpo docente regular do ensino fundamental, sendo esses docentes que trabalham com alunos que possuem necessidades específicas e lecionam na Unidade Cônego Acilino. O questionário de entrevista destinado ao corpo docente (apêndice B) contou com 10 questões, sendo 1 questão objetiva e 9 questões discursivas, esses docentes possuem em suas salas de aula, um ou mais aluno com algum tipo de necessidade especial.

Para tal, foram feitas nove perguntas discursivas para cada um dos docentes com o objetivo de analisar os principais desafios e perspectivas sobre a educação especial e inclusiva. Os três professores foram numerados de 1 a 3, denominando-os como: Professor 1, Professor 2 e Professor 3.

Os resultados da pesquisa serão apresentados abaixo em forma de citação indireta e por meio de gráficos, primeiramente trazendo a análise no que concerne sobre a formação inicial e continuada dos docentes, seguindo a quantidade de alunos especiais que ministram aulas, os desafios e obstáculos enfrentados pelos

professores, como os professores têm se preparado para trabalhar na educação especial e no que diz respeito a estrutura física, material e pedagógica da escola.

A seguir será analisado acerca da formação inicial e continuada dos professores que ministram aulas nas turmas com matrículas de alunos com deficiência.

Quando questionados acerca da formação inicial dos professores em seu processo de educador e se possuem formação continuada em educação especial, no qual os mesmos responderam:

O professor 1: *“Graduação em Pedagogia e; Ciências Biológicas-UESPI; Especialização em Tecnologias da Educação-PUC/RJ e Gestão Pública Municipal UFPI.”* **Professor 2:** *“Graduação em Letras Português e Especialização em Educação contextualizada. Sim, várias formações continuadas, principalmente para deficiência visual.”* **O professor 3:** *“Graduando em Ciências Biológicas (residente pedagógico). Não possuo formação continuada.”*

Com isso observou-se que dos três professores entrevistados, apenas um possui formação continuada para alunos com necessidades especiais. É inegável que a formação continuada de professores se apresenta como um dos principais elementos potencializadores na qualidade de ensino aprendizagem relacionado à inclusão. Evidenciado que o aprendizado do educando com necessidade especial está comprometido, a formação inicial e continuada, deveriam ser fatores imprescindíveis para atuação desses professores no ambiente escolar, para que se ofereça condições de ensino aprendizagem adequadas às necessidades especificidades dos alunos.

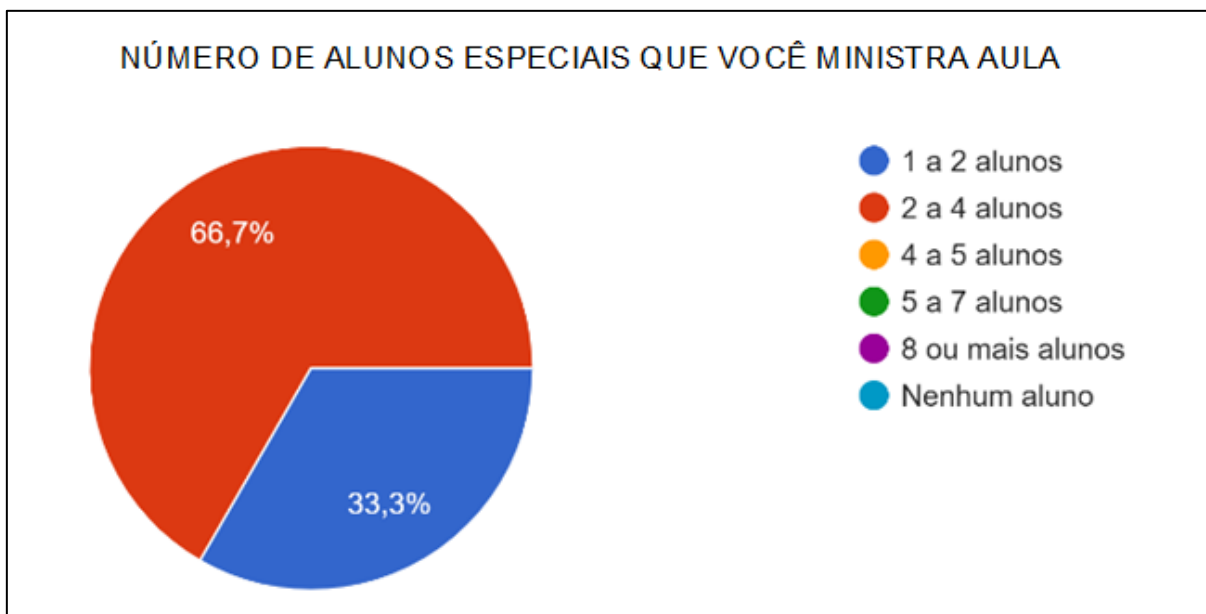
Segundo Lima (2002, p.40), a formação de professores é um aspecto que merece ênfase quando se aborda a inclusão. É muito difícil avançar no tocante a educação especial e inclusiva se os professores não possuem conhecimentos, competências e habilidades para ensinar a todos os alunos.

A seguir será abordado a segunda subcategoria que se trata da quantidade de alunos especiais que os docentes entrevistados ministram aulas.

Trata-se do número de alunos com necessidades específicas em que cada um dos entrevistados ministra aula. A resposta de cada um deles está evidenciada no gráfico, onde a quantidade máxima de aluno especial nas salas regulares da Unidade Escolar Cônego Acilino é de até 4 alunos por turmas, como mostra o gráfico 1.

Observa-se que o percentual de alunos que os professores ministram aulas para alunos com deficiência por turma é de 66,7%, percebe-se de acordo com a resposta de dois professores (n=2), nas turmas que ministram aulas tem matrículas entre 2 a 4 de alunos com necessidades específicas, e o percentual de 33,3% dos pesquisados não ministram aulas para alunos com necessidades específicas, esse percentual equivale um dos professores (n=1) pesquisados, ou seja, existem salas que não possuem nenhuma matrícula de alunos com deficiência. Assim, percebe-se que esse público não é em grande quantidade na escola, por mais que ela tenha uma política de educação inclusiva, ainda são poucos alunos com necessidades especiais matriculados nas turmas.

Gráfico 1: Número de alunos que cada professor ministra aula.



Fonte: próprios autores (2023)

Segundo Mantoan (2003, p. 43) prossegue ao sugerir que “uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam”. A escola pública regular deve ser um local de acolhimento com condições de acesso e permanência, proporcionando desenvolvimento cognitivo, emocional e social a todos que frequentam.

A terceira subcategoria que contempla a pesquisa é destinada aos desafios dos professores que ministram aulas aos alunos com distintas deficiências na U. E. Conego Acilino, no município de Valença do Piauí.

Quando questionados acerca dos desafios dos professores que trabalham com alunos com distintas deficiências, mesmos responderam:

Professor 1: “A falta de um profissional de apoio na sala regular para acompanhar os alunos com distintas deficiências”. **Professor 2:** “os desafios é acompanhar o aluno nas suas atividades escolares e diárias e fazer com que ele supere os limites e consiga aprender nas suas limitações”. **Professor 3:** “adequar materiais e conteúdo que promovam um adequado processo de ensino aprendizagem”

Observa-se que, a carência de um profissional de apoio na sala regular para acompanhar os alunos com necessidades específicas, dificuldades em acompanhar o aluno especial nas atividades escolares diárias e adequação das práticas metodológicas e os conteúdos são os maiores obstáculos vivenciados pelos professores, pois se desdobram para atender a diversidade da turma e fazer com que todos os alunos especiais consigam superar os seus limites e desenvolver as competências e habilidades cognitivas inerentes ao processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, é evidenciado nas respostas dos mesmos a preocupação em ofertar um ensino que atenda a especificidades do aluno, quando se identifica a compreensão da necessidade de adequar materiais e conteúdos, porém, nota-se que essa adequação é fator primordial para o desenvolvimento dos alunos especiais, sem ela, a aprendizagem está comprometida, pois, os materiais de apoio são um importante aliado para o professor, quando adaptados e utilizados corretamente no

ensino de alunos com necessidades especiais se tornam facilitadores e potencializadores da aprendizagem e trabalho do professor.

Em consonância com os desafios dos professores que trabalham na educação especial, Alves e Matsukura (2012), Carnevale et al. (2013) e Mallmann et al. (2014) apontam que dentre as várias dificuldades apresentadas pelos professores e demais profissionais que atuam na educação especial, a principal é a dificuldade em comunicar-se com o aluno ou interpretá-lo em certas situações.

Assim percebe-se a necessidade do profissional especializado na sala de aula regular, pois estes atuam como facilitadores da interação com o professor e os demais alunos da turma e atua diretamente nas potencialidades dos alunos especiais buscando a superação dos limites.

A quarta subcategoria que contempla a pesquisa discute a percepção de como o professor tem se preparado para trabalhar com os alunos com necessidade específica.

Quando interpelados sobre a forma como tem se preparado para trabalharem com os alunos com necessidades especiais, os professores responderam:

Professor 01: *“participando de reuniões, formações, pesquisas, dialogando com os professores que já trabalham a muitos anos no Atendimento Educacional Especializado-AEE e família”*. **Professor 2:** *“fazemos curso de formação na área de AEE (Atendimento Educacional Especializado) e aprendemos a trabalhar com esses alunos na prática”*. **Professor 3:** *“pesquisando sobre as necessidades, buscando metodologias adequadas às necessidades dos alunos e consultando profissionais (psicólogos, professores, etc).”*

Observa-se que, os professores recorrem a cursos e palestras extracurriculares, além de pesquisas e conversas com profissionais e trocas de experiências com seus pares que atuam a algum tempo na área, além de consultar profissionais diversos. Salienta-se a importância dos cursos de formação inicial e continuada, principalmente para os professores que atuam na educação inclusiva.

Nota-se nos relatos que a busca pela formação para trabalharem com o público específico é de interesse do profissional, partindo da demanda vivenciada no cotidiano, necessitando de apoio do poder público em ofertar cursos de formação inicial e continuada. Revela-se também um descaso tanto com os professores que são obrigados a adotarem esses recursos para trabalharem na perspectiva de desenvolvimento cognitivo e social do aluno especial, quanto com os próprios, que vivenciam os entraves do seu aprendizado e desenvolvimento.

Diante do exposto, segundo Goffman (1988) e Glat (1998) avaliam que o despreparo e a falta de conhecimentos estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida. Além disso, podemos afirmar que existe um grande descrédito sobre a capacidade do aluno com necessidade específica se desenvolver e agir de forma autônoma.

A seguir será apresentado a análise da estrutura material e pedagógica da escola e os principais agentes de mudança.

Quando questionados acerca da estrutura material e pedagógica da escola, averiguando se os recursos estão adequados e acessíveis ao alunado especial, os professores responderam:

Professor 1: *“a escola dispõe de estrutura e materiais adequados para atender os alunos”*.

Professor 2: *“sim, temos uma escola acessível e adaptada para receber esses alunos e materiais para trabalho diário, que não é suficiente, mas*

sempre estamos buscando e está chegando novos brinquedos que dá pra trabalhar na prática diária”. Professor 3: “a estrutura original da escola está bem avançada nesse quesito. Porém, no prédio atual o atendimento se encontra defasado, mas funcionando, dentro das limitações estruturais da escola”.

De acordo com as respostas dos três professores observou-se que todos os afirmam que a escola é acessível e adaptada para receber os alunos. Isso demonstra o esforço da escola em proporcionar acessibilidade aos alunos, para que tenham autonomia e independência na escola, já no que tange aos materiais pedagógicos que são ofertados pela escola, materiais estes, que auxiliam no desenvolvimento cognitivo do aluno especial e facilitam o trabalho dos docentes, conforme reportam-se o professor 2 e o professor 3, não são suficientes e há uma certa carência principalmente quando se trata de atividades e jogos lúdicos que estimulariam o desenvolvimento de habilidades cognitivas que são necessários e fundamentais para o desenvolvimento da autonomia na vida cotidiana de alunos especiais.

Frente ao cenário político e econômico brasileiro das últimas três décadas, organizado a partir de uma racionalidade neoliberal, o Estado brasileiro realizou investimentos para que os alunos com deficiência tenham garantidas condições de acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem na “rede da inclusão” (Machado, 2016). Por meio desses investimentos, a *acessibilidade* tem se configurado como uma estratégia que possibilita a inclusão de todos nos fluxos econômicos. A *acessibilidade* para as pessoas com deficiência, na política de inclusão escolar, é compreendida como: Um atributo do ambiente que garante que todos convivam de forma independente, com segurança e autonomia, nos espaços, mobiliários e equipamentos abertos ao público ou de uso público (Brasil, 2013, p. 49). Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na zona rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei Nº 13.146, 2015, Art. 3º). A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social (Lei Nº 13.146, Art. 53º).

A seguir será apresentado a análise sobre a estrutura física da escola e dentro da visão do professor o que pode ser adquirido que trará uma maior autonomia par o educando com necessidade especial.

Indagados acerca da estrutura física da escola, aspecto importante onde o aluno é oportunizado a desenvolver a autonomia de ir e vir dentro do espaço escolar, primordial e meio para a inclusão de alunos especiais, os mesmos responderam: **Professor 1: “sim”.** **Professor 2: “sim”.** **Professor 3: “no prédio original sim. Porém, o prédio utilizado atualmente não possui adaptações, necessitando de algumas rampas”.**

Quando perguntados sobre a estrutura física da escola, observou-se que todos os entrevistados declararam que a escola tem uma estrutura física apropriada para receber alunos especiais, apenas um professor (n=1) o professor 3 relatou que o prédio original sim, mas o atual não possui todas as adaptações necessárias. Ressalta-se que é fundamental todas as adaptações na estrutura física do prédio, tornando um ambiente acessível em todos os seus espaços, de modo que favoreçam o desenvolvimento da autonomia do aluno especial.

Segundo Silveira, Enumo e Rosa (2012), Triñanes e Arruda (2014), Castro e Almeida (2014) e Matos e Mendes (2015) relatam a necessidade de olhar para a infraestrutura institucional, tornando este um ambiente acessível, sendo desde o ambiente externo institucional até o ambiente interno, como salas, corredores, banheiros, tendo manutenção e restauração destes espaços.

A seguir será apresentado a análise acerca do apoio especializado e como esse suporte é ofertado ao aluno com necessidades especiais na U. E. Conego Acilino, no município de Valença do Piauí.

Quando indagados sobre a necessidade de apoio especializado e como é ofertado esse suporte para desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência, os entrevistados responderam:

Professor 1: *“o aluno tem Atendimento no contraturno no AEE, e recentemente a Seduc-PI liberou um profissional de apoio para atender um aluno na sala regular.”*

Professor 2: *“sim. Esse apoio é ofertado na sala de AEE, por um professor preparado para trabalhar com esse aluno”.*

Professor 3: *“precisam. Esse suporte é ofertado por meio do Atendimento Educacional Especializado com os dois professores. No momento, a SEDUC liberou o atendimento por meio de um profissional de apoio para um aluno e sala de aula”*

Evidencia-se através das respostas de todos os entrevistados que o apoio é ofertado através da Sala de Recursos Multifuncionais, por meio Atendimento Educacional Especializado- AEE, acontece na própria escola, na sala de recursos com dois professores especializados para o atendimento. Além disso, o professor 1 e o professor 3 relataram a informação que recentemente a Seduc-PI liberou mais um profissional de apoio para atender um aluno na sala regular, na U. E. Conego Acilino, no município de Valença do Piauí-PI. Assim a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB, traz que:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação e locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar (BRASIL, p. 17).

Nota-se que a rede de ensino nesse quesito, mostrou apoio aos docentes ao enviar um profissional de apoio que servirá de auxílio aos professores, onde poderá utilizar de metodologias mais adaptadas para a formação dos alunos e aperfeiçoar suas habilidades e aprendizados.

A seguir será apresentado a análise acerca da oferta do Atendimento Educacional Especializado.

Interrogados acerca da existência do Atendimento Educacional Especializado (AEE), os professores responderam: **Professor 1:** *“sim”*. **Professor 2:** *“sim”*. **Professor 3:** *“sim”*.

Observa-se que todos os entrevistados responderam que a escola oferta o Atendimento Educacional Especializado-AEE, na sala de Recursos Multifuncionais. O Atendimento Especializado atua como mediador da relação de aprendizado em sala de aula regular e desenvolvimento das competências, sendo assim um recurso da

educação especial na rede regular de ensino. Nota-se que 100% dos entrevistados responderam que existe o Atendimento Educacional Especializado-AEE na escola. É notório que possuir atendimento especializado é um fator positivo, pois o AEE auxilia o trabalho do professor da sala regular, enfatiza que o AEE não é um reforço escolar, duramente o AEE será desenvolvido a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que objetivam eliminação das barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Pois através desse atendimento, o aluno com necessidades específicas é oportunizado a desenvolver habilidades e competências no que tange ao seu desenvolvimento e aprendizado tanto em sala de aula quanto na vida cotidiana. De acordo com o Ministério da Educação “Art. 5º:

O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de Recursos Multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos Estados, Distrito Federal ou dos Municípios (BRASIL, 1996).

A seguir será apresentado o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado- AEE na U. E. Conego Acilino, no município de Valença do Piauí.

Questionados no que se refere a oferta e o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado-AEE na escola. Os professores responderam:

Professor 1: “o Atendimento Educacional Especializado acontece no contraturno com atendimento individual de 2h semanais.”. **Professor 2:** “funciona no contraturno escolar na sala de AEE. Ex: o aluno que estuda pela manhã, vem para o AEE a tarde dois dias por semana”. **Professor 3:** “os alunos que estudam pela manhã são atendidos à tarde e vice-versa. As atividades do AEE envolvem metodologias ativas visando principalmente as disciplinas de português e matemática”

Conforme apontado nas respostas dos professores o Atendimento Educacional Especializado-AEE, acontece no turno inverso com atendimento individual de 2h semanais, momento em que são apresentados aos educandos metodologias ativas, visando principalmente o desenvolvimento da literacia e numerácia, as atividades estimulam a capacidade de aprendizado dos alunos especiais, desenvolvendo seu cognitivo, onde torna-se um instrumento imprescindível para a promoção da inclusão, autonomia e melhor qualidade de vida das pessoas com deficiência tanto no que se refere dentro da escola quanto fora.

De acordo com Assistiva, (2008) o ensino oferecido no atendimento educacional especializado é necessariamente diferente do ensino escolar e não pode caracterizar-se como um espaço de reforço escolar ou complementação das atividades escolares. Observe-se que o atendimento realizado na escola proporciona um atendimento especializado que mostra uma importante preocupação com a formação social do aluno, pois utiliza de metodologias que estimulam seu aprendizado e desenvolvimento cognitivo, sendo um importante fator para a interação com as demais pessoas do seu convívio tanto na escola, quanto na vida cotidiana fora dela.

A seguir será apresentado a análise de como são planejadas as atividades e avaliações com os alunos com necessidades específicas.

Abordados como são planejadas as atividades e avaliações da aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, os professores responderam:

Professor 1: *“no Atendimento Educacional Especializado-AEE o planejamento é individual, após entrevista com a família e o Protocolo de Observação e Avaliação Funcional-POAF.”* **Professor 2:** *na estruturação do plano de AEE no qual é elaborado um PID (Plano Individual do Aluno)”*.

Professor 3: *“as atividades da sala de AEE, são planejadas de acordo com as dificuldades do aluno e os conteúdos da sala regular. Na sala de AEE, são trabalhadas atividades que visam auxiliar no desenvolvimento do aluno. Já a avaliação ocorre de forma quantitativa e qualitativa. Nos momentos de avaliação escrita, os alunos são acompanhados pelos profissionais do AEE.”*

Observou-se que as atividades dos alunos especiais são planejadas pelo professor do Atendimento Educacional Especializado-AEE, onde conforme relatado pelo professor 1 é realizado um planejamento individual, acrescentando ainda que acontece após entrevista com a família e o Protocolo de Observação e Avaliação Funcional-POAF. O professor 2 relatou que o planejamento é realizado de acordo com as peculiaridades, dificuldades do aluno com necessidade específica onde elabora-se um Plano Individual do Aluno. O professor 3 relatou que são planejadas de acordo com as dificuldades do aluno e os conteúdos da sala regular. Na sala de AEE são trabalhadas atividades que visam auxiliar no desenvolvimento do aluno. O professor 3 ressaltou que nos momentos de avaliação escrita, os alunos são acompanhados pelo profissional do AEE, com isso pode-se discorrer que quanto as atividades e avaliações, a escola possui uma metodologia complexa e bem elaborada, utilizando de recursos como fichas técnicas de acompanhamento, além de incluir o ambiente escolar a família quando se verifica uma preocupação em realizar uma entrevista, para ter conhecimentos específicos a respeito do aluno. Essa postura do Profissional do AEE é de suma importância para alavancar o desenvolvimento e aprendizado de cada aluno individualmente.

Nesse sentido, o tempo e o desenvolvimento de cada estudante devem ser respeitados pelo professor, pois a utilização da TA (Tecnologia Assistiva) se diferencia conforme a necessidade individual de cada pessoa, uma vez que o recurso ou a estratégias previamente selecionados podem ou não desenvolver a mesma funcionalidade para dois ou mais indivíduos (SARTORETTO E BERSCH, 2010; SCHLÜNZEN ET AL., 2011). Daí nota-se a tamanha relevância da organização do Atendimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, evidenciou os principais desafios enfrentados pelos professores que trabalham com alunos com necessidades educacionais especiais, como a falta de recursos material, pedagógico e carência de cursos de formação continuada adequados e a falta de compreensão e apoio por parte da comunidade escolar e da sociedade em geral.

Evidenciou-se através da entrevista que os professores sofrem com a falta de recursos especializados para o ensino de alunos com necessidades especiais, tendo que trabalhar com poucos recursos, e buscando por meios próprios ferramentas que auxiliem no desenvolvimento das aulas que impactem no ensino aprendizagem.

A partir de um referencial teórico embasado em estudos e teorias sobre a inclusão escolar e a educação especial, foram apresentadas soluções e estratégias

para que os professores possam enfrentar esses desafios e oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos.

Os resultados desse estudo poderão servir de apoio aos profissionais da área, assim como para os professores participantes, como uma produção de novos olhares a para a promoção de uma educação mais inclusiva e igualitária, garantindo que todos os alunos, independentemente de suas necessidades educacionais específicas, tenham acesso a uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

ANGELO, J. S. Inclusão e educação especial: o papel da escola na inclusão de estudantes na perspectiva pedagógica. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 07, Vol.08, pp. 163-176. Julho de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/inclusao-de-estudantes>

ANTÔNIO, A; MENDES, G. M. L; GONZÁLEZ, O. H. Políticas de Educação Especial numa perspectiva inclusiva em Angola: contexto, avanços e necessidades emergentes (1979-2017). **Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e77723, 2021.**

BARCELLI, J. C.. Desafios e estratégias de ensino para alunos com deficiência intelectual. **FCE - Faculdade Campos Elíseos** - www.fce.edu.br | © Copyright 2017.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em:17/06/2023.

ESPER, M.V; ARAÚJO, J. S; SANTOS, M. A; NASCIMENTO, L. C. Atuação do Professor de Educação Especial no Cenário da Pandemia de Covid-19. **Revista Brasileira de Educação Especial.**

FILHO, E. D. L. **PUC-RIO - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO.**

FARIAS, K. B. A insegurança do professor quanto a inclusão. Brasil Escola. Disponível em: < <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/educacao/a-inseguranca-professor-quanto-inclusao.htm> >. Acesso em: 19/01/2022.

FERREIRA-DONATI, G. C; CAPELLINI, V. L. M. F. Consultoria colaborativa no ensino superior, tendo por foco um estudante com TEA. **Revista Ibero-Americana Ede Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13. n. esp. 2, p. 1459-1470, set., 2018. ISSN: 1982-5587.

GRACIELE, M. K; ADRIANA, S. T. Acessibilidade como Condição de Acesso, Participação, Desenvolvimento e Aprendizagem de Alunos com Deficiência. **Psicologia: Ciência e Profissão**. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000062018>.

GUIMARÃES, C. (2019). Educação profissional de portas abertas. **Revista Poli: saúde, educação e trabalho**, Rio de Janeiro, 67 (6), p. 18-21.

MEYRELLES, J.D; BRAGA, V. A. Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais. **Educar em Revista, Curitiba, Brasil**, n. 41, p. 95-108, jul./set. 2011. Editora UFPR.

MAGALHÃES, K. M. C.. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista, Curitiba, Brasil**, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011. Editora UFPR.

OLIVEIRA, R.M. A Importância da Formação Continuada dos Educadores no Contexto Educacional Inclusivo e a Influência da Mediação no Ensino-Aprendizagem na Educação Especial. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 02, Ed. 01, Vol. 16. pp. 522-545, Março de 2017. ISSN:2448-0959.

ONOHARA, A. M. H.; CRUZ, J. A. S; MARIANO, M. L. Educação inclusiva: o trabalho pedagógico do professor para com o aluno autista no ensino fundamental I. Doxa: **Rev. Bras. Psico. e Educ.**, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 289-304, jul./dez., 2018. e-ISSN: 2594-8385. DOI: 10.30715/doxa.v20i2.12020.

RIBEIRO, M. N. N. Psicologia e educação inclusiva: ensino, aprendizagem e desenvolvimento de alunos com transtornos. **Maringá, v. 38, n. 1, p. 51-59, Jan.-Mar., 2016.**

ROGALSKI, S. M. Histórico do surgimento da Educação Especial. Pedagoga, coordenadora e professora da Escola Estadual de Ensino Médio Quatro Irmãos. **Rua Leão Kwitko**, s/nº, Centro, CEP 99720-000, Quatro Irmãos – RS.

RODRIGUES, H. D. C; FERREIRA, C. W. S. Educação especial inclusiva: um estudo bibliográfico sobre o processo de inclusão de alunos.

SANTOS, M. A. A. Educação especial e educação inclusiva: dicotomia de ensino dentro de um mesmo processo educativo. **III Congresso Internacional Trabalho Docente e Processos Educativos.**

Saraiva, 1996. BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB**. 9394/1996.

SOUSA, F. C; PRIETO R. G. Educação infantil e educação especial: desafios para as políticas de formação docente. **Laplage em Revista (Sorocaba)**, vol.4, n.Especial, set.- dez. 2018, p.148-161.

SILVA, N.C; CARVALHO, B.G.E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. **Revista Brasileira de Educação Especial, Volume: 29, Publicado: 2023.**

APÊNDICES

APÊNDICE A

CRONOGRAMA

	Jun – Set 2021	Out – Fev 2021 - 2022	Mar – Jul 2022	2023
Pesquisa bibliográfica	X	X	X	X
Redação do projeto	X	X	X	X
Qualificação do projeto		X		
Coleta de dados				X
Análise de dados				X
Redação do artigo				X
Defesa do TCC				X

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar do projeto de pesquisa de TCC-II intitulada: EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: desafios e perspectivas dos docentes da disciplina de Ciências Naturais no Ensino Fundamental, na Unidade Escolar Cônego Acilino em Valença do Piauí

. Pesquisador responsável: Professora especialista Lucivânia Leite Rodrigues, juntamente com Jefferson Felipe da Silva– Aluno de graduação do Instituto Federal do Piauí Campus Valença. E-mail: caval.20191sbio0387@aluno.ifpi.edu.br- Orientadora: Prof. Especialista Lucivânia Leite Rodrigues – IFPI Campus Valença – lucivania.leite.@ifpi.edu.br

Esta pesquisa segue rigorosamente todas as exigências da Resolução 466/12 do Conselho nacional de Saúde. E o motivo que nos leva a estudar o tema é a necessidade de conhecer os principais desafios e perspectivas dos docentes na educação especial e inclusiva, assim, o tema “EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA: desafios e perspectivas dos docentes da disciplina de Ciências Naturais no Ensino Fundamental, na Unidade Escolar Cônego Acilino em Valença do Piauí” foi escolhido com o intuito de trazer contribuições tanto para educação quanto para a sociedade. Uma pesquisa que poderá ser estudada juntamente com outras pesquisas que tenham o intuito parecido, para manter ideias concretas e criar estratégias de ensino.

O procedimento de coleta de dados será por meio de um questionário semiestruturado, no qual serão estipulados 10 questões onde estará interligados em variáveis dependentes qualitativa ordinal e quantitativa discreta, a forma de abordagem será através de entrevista e utilização da técnica de abordagem *rapport* que fornece uma aproximação mais efetiva do pesquisador com o entrevistado.

OBJETIVOS DA PESQUISA:

Objetivo Primário:

Descobrir as principais perspectivas e desafios presenciados pelos docentes no que se refere à educação especial e inclusiva no âmbito educacional.

Objetivos secundários:

Descrever a importância da educação especial e inclusiva no âmbito social-educacional;

Elencar as perspectivas dos docentes para a educação especial e inclusiva;

Atinar os principais desafios encontrados pelos docentes no que concerne à educação especial e inclusiva;

DESCONFORTOS, RISCOS E BENEFÍCIOS:

Pode haver desconforto e risco mínimo com a pesquisa e preenchimento das repostas. Reforça-se aqui, que se trata de uma pesquisa diagnóstica e investigativa, não havendo a intensão ou possibilidade de violação do sigilo para a autoria das respostas. Como medida preventiva, solicitamos que não assinem ou façam qualquer marca que possa identificá-lo. Os benefícios esperados da pesquisa é contribuir na amplificação de reflexões sobre a importância de práticas inclusivas no ambiente escolar, para um melhor ensino dos professores associado ao público com transtorno do espectro autista.

FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSINTÊNCIA:

As respostas após a execução do diagnóstico investigativo serão utilizadas para produzir gráficos e tabelas que expressem os resultados obtidos. Todo o processo será acompanhado pelo pesquisador e orientador desta pesquisa.

GARANTIA DE ESCLARECIMENTO, LIBERDADE DE RECUSA E GARANTIA DE SIGILO:

Conforme exigências da Resolução 466/12 do Conselho nacional de Saúde, você será esclarecido(a) sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar. Sinta-se livre para recusar-se participar, retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

O pesquisador irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa serão utilizados para a elaboração de um artigo de conclusão de curso, do curso de Licenciatura em Ciências biológicas – IFPI Campus Valença do Piauí. Seu nome ou o material que indique a sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Uma cópia deste consentimento informado ficará com o responsável pela pesquisa (Professora especialista Lucivânia Leite Rodrigues) e outra lhe será fornecida.

CUSTOS DA PARTICIPAÇÃO, RESSARCIMENTO E INDENIZAÇÃO POR EVENTUAIS DANOS:

A participação no estudo não acarretará custos para você e não será disponível nenhuma compensação financeira adicional. Caso sofra algum dano decorrente dessa pesquisa reportasse EXCLUSIVAMENTE a coordenação do curso de Licenciatura em Ciências biológicas – IFPI Campus Valença.

Quaisquer dúvidas e esclarecimentos entre com contato o orientador responsável,

Orientador Responsável:

Professora Especialista Lucivânia Leite Soares// Discente: Jefferson Felipe da Silva.

Graduando em Ciências biológicas-IFPI Campus Valença.

Endereço: Avenida Joaquim Emanuel, S/N, Novo Horizonte, Valença do Piauí (PI)

IFPI Campus Valença do Piauí – CEP: 64.300-000 – Valença – Piauí

Telefone: (89) 99910-7398

E-mail: frazae27@gmail.com

Comitê de Ética em Pesquisa Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Endereço: Rua Cícero Duarte, Nº 905

Bairro Junco - CEP: 64.607.670

Telefone: (89) 3422-3003

E-mail: cep-picos@ufpi.edu.br

DECLARAÇÃO DA PARTICIPANTE

“Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato, rubrico e assino este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido”.

Nome	Assinatura do Participante	Data
------	----------------------------	------

Nome	Assinatura do Pesquisador	Data
------	---------------------------	------

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTA DESTINADO AO CORPO DOCENTE

1- Qual a sua formação (Graduação, Especialização, Mestrado, Doutorado)? Você possui alguma formação continuada para alunos com necessidades especiais?

2- Números de alunos especiais que você ministra aula:

- a) ☐ 1 a 2 alunos
- b) ☐ 2 a 4 alunos
- c) ☐ 4 a 5 alunos
- d) ☐ 5 a 7 alunos
- e) ☐ 8 ou mais alunos
- f) ☐ Nenhum aluno

3- Quais os desafios do professor que trabalha com alunos com distintas deficiências?

4- Como você tem se preparado para saber lidar com os alunos com necessidades especiais?

5- A escola em âmbito de estrutura material e pedagógica se encontra adequadamente bem estruturada para receber os alunos com necessidades especiais ? Se não, quais são os principais agentes de mudança?

6- A escola está preparada fisicamente para a inclusão de alunos com necessidades especiais? O que necessita ser adquirido?

7- O aluno com deficiência precisa de apoio especializado para desenvolver a aprendizagem. Como esse suporte é ofertado a alunos com deficiência?

8- A escola possui Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

09- Como funciona o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na escola?

10-Como são planejadas as atividades e avaliações da aprendizagem dos alunos com deficiência?